

CAPITAL SOCIAL E EMPODERAMENTO

Hemerson Luiz Pase¹

RESUMO

A identificação e diagnóstico dos problemas do Brasil, em particular, e dos países em desenvolvimento, em geral, é lugar comum na literatura das ciências sociais. Problemas como a pobreza, concentração de riqueza, degradação ambiental, corrupção, entre outros, além de serem cotidianos das sociedades, revelam que a democracia não foi suficiente para o impulsionar um processo de desenvolvimento, principalmente para os setores mais pobres. Além da relevância teórica, essas questões colocam-se enquanto demandas de insidência na realidade para os intelectuais que crêem na possibilidade de vencer os muros da academia. O objetivo é estudar a relação entre o empoderamento (empowerment), enquanto capacidade de decidir, de libertar-se, e o capital social enquanto uma capacidade de obter bens tangíveis através da confiança, reciprocidade e solidariedade da sociedade civil. A hipótese central afirma que o capital social impulsiona o desenvolvimento, cuja determinação ocorre proporcionalmente ao empoderamento.

PALAVRAS-CHAVE: Capital social, desenvolvimento, empoderamento

SUMMARY

The identification and diagnostic from the problems of the Brazil , particularly , and from the developing countries, generally, is place common on literature from the social sciences. Problems I eat the poverty, concentration of richness, degradation environmental, corruption, among another, in addition to I shall be daily from the societies, reveals what the democracy was not sufficient about to the impel a process of development, principally about to the sectors mais

¹ Pesquisador da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária – FEPAGRO e professor da Universidade de Caxias do Sul. Filósofo, MSc em Desenvolvimento Rural e Dr. em Ciência Política. E-mail: hemerson-pase@fepagro.rs.gov.br / hlpase@yahoo.com.br

poor. Beyond from relevance abstract, those questions they put - if while demands of insidência for real about to the intellectuals what crêem on possibility of win the walls from academy. The purpose is study the relation among the empowerment, while capacity of deciding, of unleash - if, and the capital stock while an ability to obtain assets tangible via the trust , reciprocity and solidarity from society citizen. The assumption central reports that the capital stock boosting the development , whose determination occur proportionally the empowerment.

KEY-WORD: Social capital, development, empowerment

1 INTRODUÇÃO

A identificação e diagnóstico dos problemas do Brasil, em particular, e dos países em desenvolvimento, em geral, é lugar comum na literatura das ciências sociais. Problemas como a pobreza, concentração de riqueza, degradação ambiental, corrupção, entre outros, além de serem cotidianos das sociedades, revelam que a democracia não foi suficiente para o impulsionar um processo de desenvolvimento, principalmente para os setores mais pobres. Além da relevância teórica, essas questões colocam-se enquanto demandas de insidência na realidade para os intelectuais que crêem na possibilidade de vencer os muros da academia.

O objetivo é estudar a relação entre o empoderamento (empowerment), enquanto capacidade de decidir, de libertar-se, e o capital social enquanto uma capacidade de obter bens tangíveis através da confiança, reciprocidade e solidariedade da sociedade civil. A hipótese central afirma que o capital social impulsiona o desenvolvimento, cuja determinação ocorre proporcionalmente ao empoderamento.

A metodologia utilizada recolhe os resultados do projeto de pesquisa “Capital social e desenvolvimento regional: a importância do capital social no desenvolvimento territorial do COREDE Nordeste”.

Além disso, serão observadas informações obtidas através de entrevistas realizadas com associados da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária – CRESOL, com sede em Sananduva – RS. Importante destacar que o sistema de crédito CRESOL foi criado por lideranças de Movimentos Sociais do Campo, principalmente do sindicalismo rural e / ou da agricultura familiar.

A confiança, solidariedade e reciprocidade serão indicadores de existência de capital social, que será considerado variável independente em relação ao desenvolvimento socioeconômico, medido pelo Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – IDESE. O empoderamento é variável interveniente pois, configura-se como o elo de ligação entre o capital social e o desenvolvimento.

Na primeira parte aborda-se o capital social, definindo sua matriz histórica e teórica. Na segunda parte discute-se o desenvolvimento e o empoderamento enquanto conceitos inter-relacionados. Na terceira parte analisa-se em que medida esta elaboração teórica possui aplicabilidade empírica.

2 CAPITAL SOCIAL

O capital social é um conceito que considera as características culturais, de existência de confiança, reciprocidade e solidariedade na sociedade civil, vitais para o aperfeiçoamento da democracia, das comunidades, das pessoas e, inclusive da sociedade política, o Estado (PUTNAM & GOSS, 2002).

Precursor a utilizar o conceito de capital social, o filósofo francês Pierre Bourdieu estendeu-o para além dos limites tradicionalmente econômicos, aplicando-o a dimensões não materiais e simbólicas, embora possibilitadoras de acesso a recursos econômicos. “O capital social é constituído pelo conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento.” (BOURDIEU, 1980, p. 2).

James Coleman entende o capital social como a possibilidade de facilitar a ação de diferentes tipos de atores sociais.

“Assim como outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse (...). Por exemplo, um grupo cujos membros demonstrem confiabilidade e que depositem ampla confiança uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que outro grupo que careça de confiabilidade e confiança (...). Numa comunidade rural (...) onde um agricultor ajuda o outro a enfardar o seu feno e onde os implementos agrícolas são reciprocamente emprestados, o capital social permite a cada agricultor realizar o seu trabalho com menos capital físico sob a forma de utensílios e equipamento.” (COLEMAN, 1990, p. 302, 304 e 307, apud PUTNAM, 2000, p. 177)

Robert Putnam insere o capital social como categoria heurística para explicar os problemas da ação coletiva, cuja solução supera a proposição dos seguidores da teoria dos jogos

e do individualismo metodológico. Para eles a ação coletiva é resolvida através de um cálculo racional onde os participantes tomam suas decisões, com base numa análise em termos de custo e benefício, cujos resultados normalmente são sub-ótimos. Isto ocorre em razão de que os participantes desconfiam uns dos outros, materializando este sentimento em suas decisões. A desconfiança pode ser abrandada quando ocorrem várias rodadas de jogos com regras claras e respeitadas, no entanto nada garante sua superação pela confiança (PUTNAM, 2000).

Para Putnam a teoria dos jogos explica em grande medida a ação coletiva, no entanto vários processos sociais possuem a lógica da confiança, onde o ator decide crendo, confiando no outro. Nestes casos a decisão do indivíduo não visa necessariamente, um benefício individual imediato, e sim o benefício da comunidade, cuja fonte é a confiança que, mesmo no futuro, o outro / outros indivíduos farão o mesmo. Esta lógica baseia-se numa rede social que possui regras e normas claras com sanções proibitivas para os desertores. O processo social que produz como resultado o bem comum ou o bem de uma coletividade, baseado na confiança, reciprocidade e solidariedade é definido por Putnam como capital social.

No caso italiano o capital social possibilitou o engajamento cívico e a participação social e política o que, por sua vez, construiu instituições democráticas e um sistema de governo democrático, bem como impulsionou o desenvolvimento econômico. Este engajamento cívico, para Putnam, desenvolve-se a partir da participação em associações horizontais, de grupos de iguais tais como clubes de futebol, associações de moradores, confrarias, corais, etc. Nestes espaços os cidadãos identificam-se e socializam um sentimento de cumplicidade e confiança neles próprios e nas regras que criam. O capital social contribui para aumentar a eficiência da sociedade e facilitar ações coordenadas.

Nos seus escritos sobre os Estados Unidos da América, Putnam desenvolve a tese de que a mudança de hábitos, ocorridos nas últimas décadas, fez diminuir o estoque de capital social da sociedade americana. A pujante vida associativa que será fundamental para o sucesso do capitalismo norteamericano estaria em declínio na primeira metade do século XIX. Para Putnam a apatia dos norteamericanos em relação à democracia, materializados pelos elevados índices de não comparecimento às urnas, ocorre em razão do declínio das redes de engajamento cívico que marcaram sua história.

Para Putnam a diferença da natureza associativa tem razões culturais. A superioridade econômica dos Estados Unidos, em relação ao restante da América, comprova esta tese. A tradição horizontal comunitária britânica foi herdada pelos norte americanos, ao passo

que a América Latina recebeu como dote a verticalidade Ibérica. Max Weber já destacava o papel da ética protestante na estruturação de redes horizontais de colaboração, diferente das culturas de tradição católica que são verticalizadas. Soares (1993) também afirma que a influência da tradição religiosa é um dos elementos importantes para explicar as diferenças de desenvolvimento social e econômico entre os EUA e o restante da América.

As normas de reciprocidade generalizada alimentam um sentimento de confiança, categorias centrais para o conceito de capital social, que influencia no desempenho político e econômico. Tais normas implicam na crença, dos membros da comunidade, que o comportamento altruísta presente, que contribui para o bem estar, será retribuído no futuro. Estas redes de engajamento cívico robustecem as normas de reciprocidade, cuja influência produz sanções para aqueles que não retribuem tornando-se eficazes na medida em que a informação sobre a confiabilidade é comunicada através das redes.

Putnam, ao lado de Coleman, procura demonstrar as condições sob as quais as instituições públicas conseguem mobilizar os recursos sociais para alcançar um grau elevado de bem estar coletivo.

“Ao longo da história (...) as normas e os sistemas de participação cívica promoveram o crescimento econômico, em vez de inibi-lo. Tal efeito continua até hoje. Nas duas décadas transcorridas desde a criação dos governos regionais, as regiões cívicas cresceram mais rápido do que as regiões onde há menos associações e mais hierarquia (...) A teoria formulada neste capítulo ajuda a explicar que o capital social, corporificado em sistemas horizontais de participação cívica, favorece o desempenho do governo e da economia, e não o oposto: sociedade forte, economia forte; sociedade forte, Estado forte.” (PUTNAM, 2000, p. 186)

A partir de suas pesquisas sobre os EUA, Putnam sofrerá muitas críticas oriundas principalmente de teóricos ligados ao neo-institucionalismo, a principal delas afirma seu determinismo histórico e cultural (EVANS, 1996) e no afã de comprovar esta afirmação, caem noutra normatividade que é a da afirmação do determinismo institucionalista. O debate central parece estar localizado na identificação do princípio último (como diriam os filósofos pré-socráticos) criador, ou gerador: o que é mais importante capital social ou instituições? É possível que nenhuma das formulações seja completamente verdadeira, é possível que as duas situações possam conviver e, é provável que a determinação dependa do contexto social que se está analisando (BAQUERO, 2003).

Para Baquero,

“A existência de confiança não só cria um ambiente de credibilidade e, conseqüentemente, de legitimidade, como fortalece o contrato social (...) A credibilidade de um sistema político e seu eficiente desempenho, portanto, depende do grau de

confiança que as pessoas tem nas instituições (...) Sem confiança a democracia não sobrevive.” (BAQUERO, 2003, p. 96, 97 e 100).

O entusiasmo de teóricos e estadistas a respeito do conceito de capital social relaciona-se a sua potencialidade de estabelecer uma nova relação entre a sociedade civil e o Estado. Este conceito possibilita à ciência analisar possibilidades inovadoras de relação entre as pessoas comuns e o “poder” enquanto tal.

3 DESENVOLVIMENTO E EMPODERAMENTO

O conceito de desenvolvimento surge no século XIX, inserido no ambiente social e intelectual da modernidade, gestada historicamente pela revolução francesa e industrial e pela constituição dos estados nacionais, e situada intelectualmente nos princípios liberais, cujo conteúdo sinaliza a possibilidade de progresso humano e material ilimitado (PASE, 2001). Ocupa espaço relevante na literatura a partir do final da segunda guerra mundial, cujos reflexos modificam por completo o cenário planetário. Até então o termo desenvolvimento é sinônimo de progresso, conceito que supõe determinismo histórico evolucionista no sentido do pior para o melhor, do atrasado para o moderno, do tradicional ao desenvolvido, do rural para o urbano.

Nos anos 1970 o debate sobre desenvolvimento sustentável emerge no cenário internacional, animado principalmente pela Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972, que define a necessidade de associar o crescimento econômico à preservação do meio ambiente. Uma das premissas do desenvolvimento sustentável, naquele momento, foi o reconhecimento da inadequação econômica, social e ambiental do desenvolvimento em relação à manutenção do equilíbrio ambiental planetário nas sociedades contemporâneas. A satisfação das necessidades humanas, a qualidade de vida e do meio ambiente apresentaram-se como elementos interdependentes e, portanto, a pobreza surge como uma das principais causas da degradação da natureza.

Seguramente o crescimento econômico é importante para o desenvolvimento, contudo a qualidade de vida, sustentabilidade ambiental, equidade e respeito cultural da população passam por um conjunto de elementos que, embora reais e urgentes, ainda carecem de formulação precisa por parte da academia. Indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH,

formulado pela ONU, que mensura além da pobreza, educação e esperança de vida, são importantes porém ainda insuficientes.

Um debate crescentemente importante é a relação entre o desenvolvimento e a política ou o poder, da relação entre o processo de realização humana e a forma de governo, ou seja como o poder político é definido e articulado na sociedade e, de como esta é representada. Embora muitos trabalhos tenham demonstrado a fragilidade da democracia, para resolver os problemas dos mais pobres, ainda é consensual que é a forma de governo com maior possibilidade de fazê-lo.

Na democracia é possível empreender um processo de reconstrução de um contrato social, em bases distintas daquela dos clássicos, onde se produzam ações e possibilidades diferenciadas para grupos desiguais, com destaque para aqueles que mais necessitam e inclusive colocando entre estes a questão ambiental.

Nessa mesma linha de análise, Amartya Sen afirma:

(...) a relevância intrínseca dos direitos civis e políticos (e eu acrescentaria direitos humanos), garantidos pela democracia autoriza a defender sua vigência sem que seja necessário demonstrar se esta forma de democracia fomenta ou não o crescimento econômico. Este posicionamento, não deixa de ser uma novidade se se leva em conta que por muito tempo a teoria democrática liberal vigente recomendava sacrificar alguns direitos políticos e civis, por considerá-los como obstáculos para o desenvolvimento (SEN, 1998, P. 597, Apud BAQUERO, 2003, p. 83).

Sen é muito enfático ao afirmar que “O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente” (SEN, 2000. pág. 10).

Contemporaneamente o conceito de desenvolvimento considera o crescimento econômico, porém incorpora dimensões que dizem respeito à liberdade de escolhas individuais e sociais e a participação efetiva na tomada de decisões a respeito da produção e distribuição das riquezas, bem como dos seus custos, principalmente culturais e ambientais.

Outro conceito relacionado ao desenvolvimento é o empowerment de raízes teóricas na reforma protestante, que se opõe frontalmente ao paternalismo, cuja tradução menos imprecisa para o português é empoderamento. No século XX passa a ser utilizado nos Estados Unidos da América pelos “novos movimentos sociais” (direitos cívicos, negros, homossexuais, feministas, portadores de deficiência), que lutam por cidadania, contra opressão e o pré-conceito (BAQUERO, Rute. 2005).

Segundo Wallerstein e Bernstein (1994) o empoderamento pode ocorrer nos níveis individual, organizacional e comunitário. O individual diz respeito ao aumento da capacidade dos indivíduos influírem na sua vida. O organizacional significa contribuir com as decisões da organização (empresarial) para melhorar seu desempenho.

O empoderamento comunitário capacita os “grupos sociais desfavorecidos para a articulação de seus interesses e participação comunitária, visando conquista plena dos direitos de cidadania, defesa de direitos e influenciar ações do Estado.” (BAQUERO, Rute. 2005. pág. 73).

Uma tentativa de avançar qualitativamente no conceito de empoderamento encontra-se em Paulo Freire, cujo pensamento agrega a noção de conscientização enquanto um processo de conhecimento que se dá na relação dialética homem-mundo, num ato de ação-reflexão (FREIRE, 1979). Segundo Baquero (2005) a contribuição de Paulo Freire nos conduz a entender o empoderamento como

“(...) processo e resultado, pode ser concebido como emergindo de um processo de ação social, no qual os indivíduos tomam posse de suas próprias vidas pela interação com outros indivíduos, gerando pensamento crítico em relação à realidade, favorecendo a construção da capacidade pessoal e social e possibilitando a transformação de relações sociais de poder”
(BAQUERO, Rute. 2005, pág. 76)

A inter-relação entre capital social e empoderamento pode contribuir para superar problemas como a situação de pobreza de pessoas e comunidades, transformando as relações de poder em favor daqueles que tinham pouca autoridade para que tenham controle sobre os recursos – físicos, humanos, intelectuais, financeiros e de seu próprio ser - sobre a ideologia – crenças, valores e atitudes (BAQUERO, RUTE, 2005).

John Durston (2001) afirma que os grupos e comunidades que têm considerável reserva de capital social em suas variadas manifestações podem cumprir melhor e mais rapidamente com as condições de empoderamento. O acesso as redes que transcendem os círculos fechados da comunidade pobre e o capital social comunitário manifestado em diferentes formas de associativismo são elementos importantes para o empowment da pessoas e das comunidades

4 A CULTURA IMPORTA

A importância da cultura política para os processos de desenvolvimento econômico e consolidação democrática ampliou seu espaço na literatura científica principalmente depois dos estudos de Robert Putnam, cuja pesquisa define a determinação do desenvolvimento

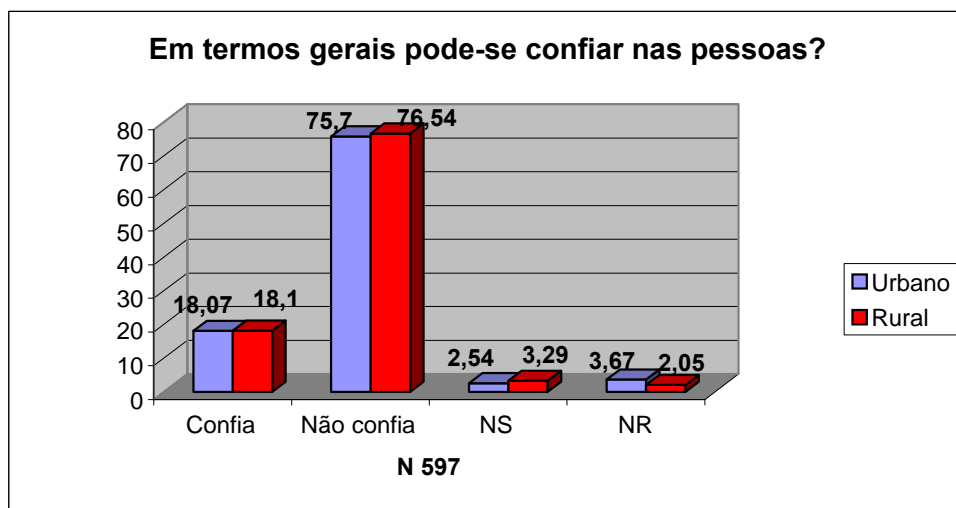
diferenciado a partir do capital social acumulado pelas sociedades.

A cultura política de uma sociedade, construída historicamente, influencia decisivamente o desenvolvimento social, econômico e político dos territórios. A confiança, reciprocidade e solidariedade, embasadas em normas claras e na livre e vigorosa circulação de informações definem o capital social, cuja potencialidade de obter resultados e / ou bens tangíveis é inegável embora, muitas vezes, insuficiente (PUTNAM, 2000).

No entanto, as sociedades que não tenham construído capital social não podem ser condenadas ao desespero do determinismo histórico . Para o autor o capital social pode ser impulsionado ou construído a partir de ações institucionais, principalmente do Estado (COLEMAN, 1990)

A figura 1 apresenta o índice de confiança generalizada para o conjunto do território do Corede Nordeste do Estado do RS, segmentado por local de moradia dos entrevistados: urbano ou rural.

FIGURA 1

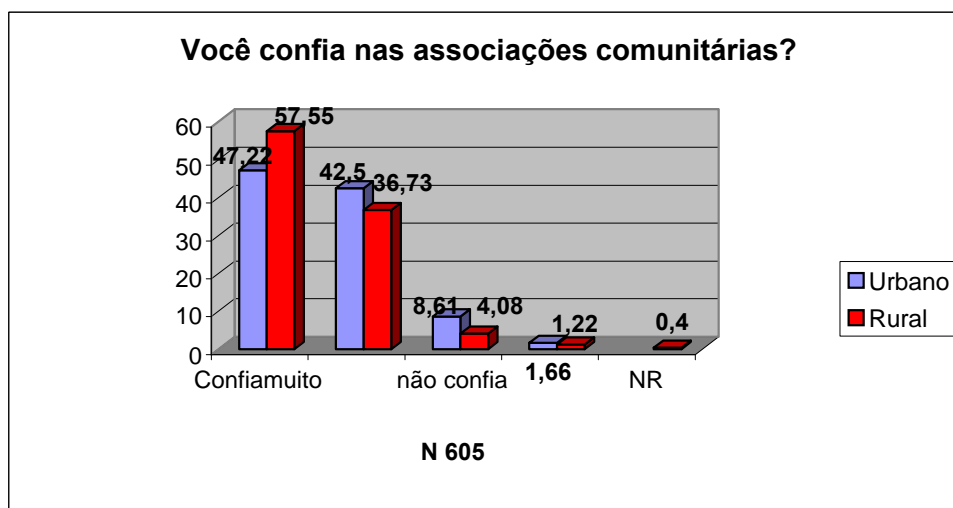


Fonte: Projeto de Pesquisa Capital Social e Desenvolvimento Regional: a importância do capital social no desenvolvimento territorial do COREDE Nordeste.

Observa-se que o índice de confiança de algo em torno de 18 % é bem menos expressivo que o de não confiança, que é de aproximadamente 75 %, cuja comparação demonstra a fragilidade da confiança generalizada entre os cidadãos do território, bem como a semelhança da confiança generalizada entre cidadãos que residem no espaço urbano e rural.

Entretanto, quando considerada de forma menos aleatória e generalizada, é possível observar uma sensível diferença na confiança entre urbanos e rurais. A figura 2 apresenta esta informação.

FIGURA 2



Fonte: Projeto de Pesquisa Capital Social e Desenvolvimento Regional: a importância do capital social no desenvolvimento territorial do COREDE Nordeste.

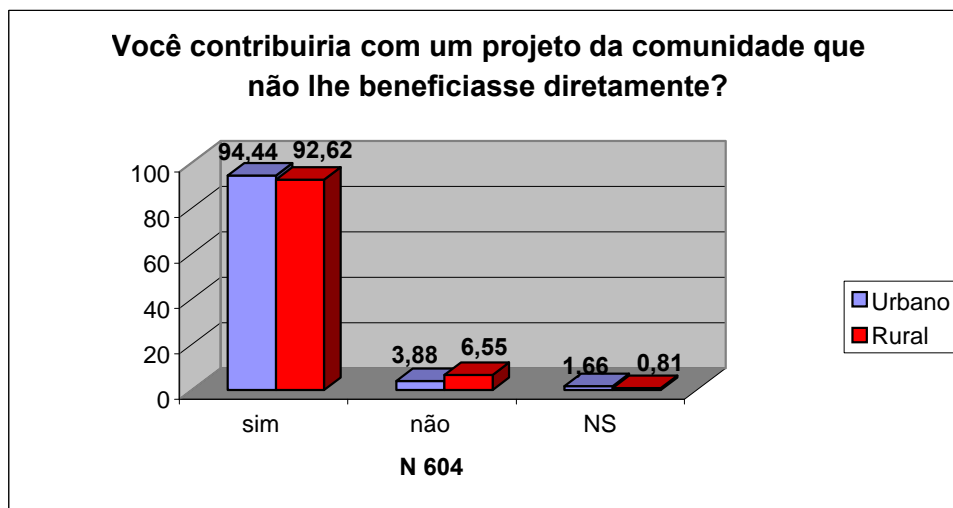
A figura 2 demonstra que a confiança em associações comunitárias, ao redor de 50 %, é bem mais generosa que a não confiança, que é de menos de 8,5 %, além disso, revela uma significativa diferença entre a confiança dos cidadãos urbanos, que tem um índice de 47,22 %, e os cidadãos rurais, que tem um índice de 57,55 %.

Esta informação revela que o desenvolvimento brasileiro, impulsionado no sentido da industrialização e urbanização, sinônimos de modernidade e progresso, mesmo consolidando as desigualdades sociais e econômicas, bem como regionais, não foi suficiente para destruir as relações de reciprocidade que marcam a ocupação geográfica da região Nordeste do RS, com destaque para o espaço rural.

A confiança recíproca, revelada na figura 2, mostra a importância da consideração do conceito de capital social. É muito difícil estabelecer normas claras e livre fluxo de informações de forma generalizada, situação menos improvável quando define-se um universo de avaliação, no caso as associações.

A figura 3 tenta captar um dos elementos centrais para a determinação da existência de capital social: a solidariedade.

FIGURA 3



Fonte: Projeto de Pesquisa Capital Social e Desenvolvimento Regional: a importância do capital social no desenvolvimento territorial do COREDE Nordeste.

Evidencia-se grande solidariedade e colaboração entre os cidadãos, cujo índice supera 90 % dos entrevistados, com uma sutil supremacia dos residentes no urbano.

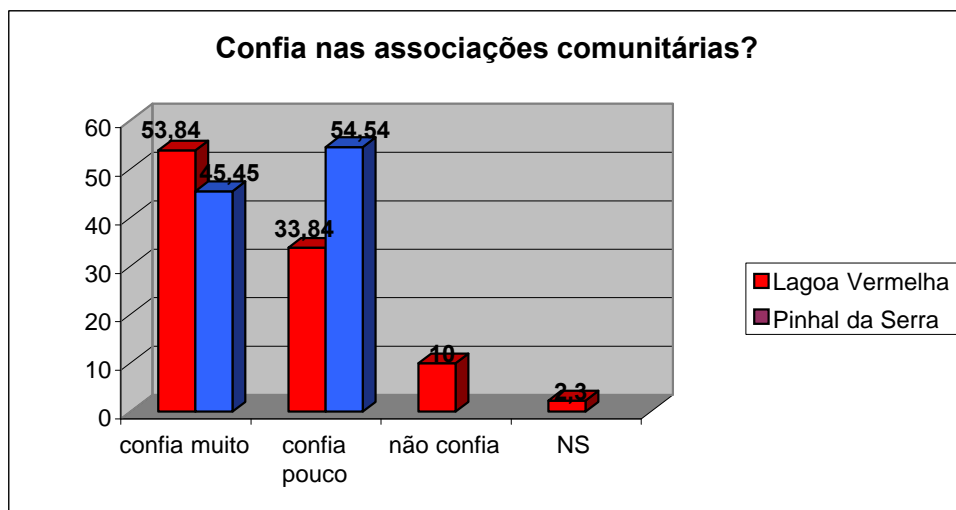
O COREDE Nordeste é classificado em 6º lugar no ranking do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – IDESE (1), com um índice de 0,748, sendo que o do RS é de 0,754, ambos medianos. Embora esta situação seja relativamente confortável existem, entre os 23 municípios que compõe o COREDE, as realidades mais discrepantes.

A Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) calcula o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – IDESE para o Rio Grande do Sul, municípios e Coredes. O Idese é um índice sintético, inspirado no IDH, que abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos classificados em quatro blocos temáticos: Educação; Renda; Saneamento e Domicílios; e Saúde. O Idese varia de zero a um e, assim como o IDH, permite que se classifique o Estado, os municípios ou os Coredes em três níveis de desenvolvimento: baixo (índices até 0,499), médio (entre 0,500 e 0,799) ou alto (maiores ou iguais que 0,800).

Na figura 4 far-se-á uma comparação, quanto à confiança em associações comunitárias, entre os municípios de Lagoa Vermelha e Pinhal da Serra que possuem posições antagônicas quanto ao desenvolvimento socioeconômico, mensurado pelo IDESE. O município de Lagoa Vermelha possui IDESE de 0,779 e ocupa a 27ª posição no ranking estadual, a melhor

do COREDE Nordeste, e Pinhal da Serra possui IDESE de 0,596 ocupando a 444^a posição no ranking estadual e a pior do COREDE.

FIGURA 4

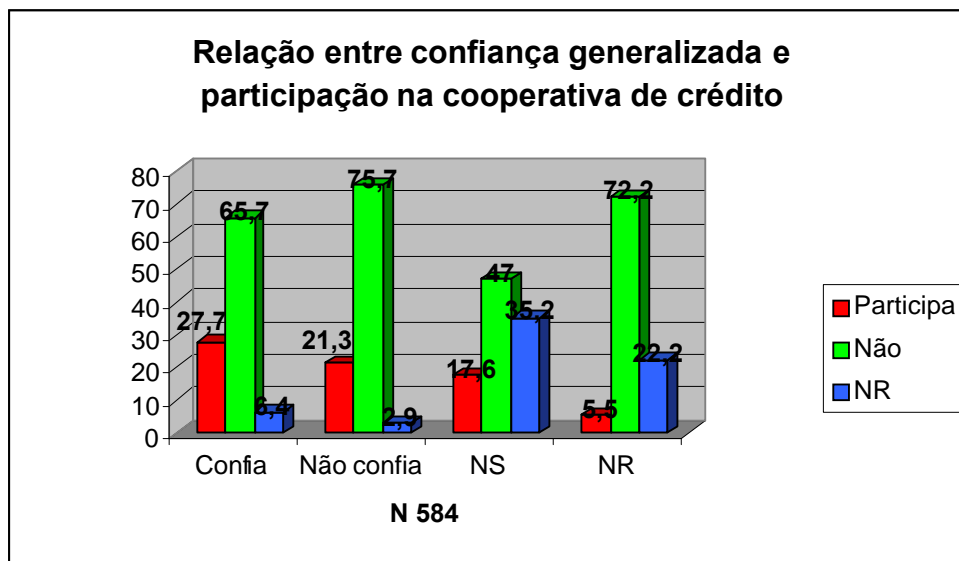


Fonte: Projeto de Pesquisa Capital Social e Desenvolvimento Regional: a importância do capital social no desenvolvimento territorial do COREDE Nordeste.

Observa-se que no município com maior IDESE, Lagoa Vermelha, a confiança nas associações é quase 10 % superior a Pinhal da Serra, que possui IDESE bastante inferior. Da mesma forma a pouca confiança nas associações é 20 % superior em Pinhal da Serra, o que sugere uma relação positiva entre o capital social e o desenvolvimento socioeconômico.

A Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária – CRESOL é formada exclusivamente por agricultores familiares e atua com microcrédito rural e /ou agropecuário vinculado, principalmente, ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, financiado pelo Governo Federal. Um dos mecanismos, utilizado pela CRESOL, para concessão do microcrédito é o “aval solidário” que consiste na formação de grupos de tomadores, mínimo de 3, que assumem uma responsabilidade mútua, recíproca, pelos financiamentos recebidos. Algumas vezes essa reciprocidade avança para a combinação de investimentos em conjunto. Na figura 5 apresenta-se os níveis de confiança generalizada dos participantes da cooperativa.

FIGURA 5



Fonte: Projeto de Pesquisa Capital Social e Desenvolvimento Regional: a importância do capital social no desenvolvimento territorial do COREDE Nordeste.

A primeira observação é que a confiança generalizada quando segmentada entre os cooperados cresce cerca de 10 %. A figura 1 mostra uma confiança de algo em torno de 18 % e a figura 7 mostra a confiança dos cooperados em 27,7 %. Esta informação revela uma superioridade significativa de confiança generalizada entre os associados da cooperativa.

Além disso, a figura 7 mostra que entre aqueles que participam da cooperativa 27,7 % confiam e 21,3 % não confiam, já entre aqueles que não participam a confiança, 65,7 %, é menor que a não confiança, 75,7 %, cuja diferença de 10 % demonstra que os participantes da cooperativa possuem, ou estão sendo incentivados a desenvolver capital social.

Esta informação revela que estes cidadãos não se associam apenas motivados pelo acesso ao crédito, porém, por confiarem efetivamente nos pares. Segundo o relato dos agricultores familiares, associados a CRESOL, o crédito repassado pela cooperativa, é utilizado tanto como mecanismo para alavancar a produção agrícola, como também, para resolver problemas inadiáveis, como tratamento de saúde, reforma da moradia ou aquisição de eletrodomésticos, ações que incidem diretamente na melhoria da qualidade de vida. Há relatos que afirmam que o microcrédito é a única fonte de renda das famílias em anos de frustração de safra.

A pesquisa mostra que a aposta da cooperativa de crédito no capital social é um negócio seguro, pois, segundo os dirigentes o índice de inadimplência fica abaixo de 1 %.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como observamos anteriormente, o empoderamento ressurgiu no século XX impulsionado pelos “novos movimentos sociais”, que possuem como características fundamentais a luta contra opressão, preconceito e cidadania e a articulação de interesses. Na América Latina e no Brasil os movimentos sociais ressurgem durante o período de abertura política nos anos 1980, lutando por democracia.

A partir da redemocratização muitos movimentos se consolidam no sentido de lutar por direitos sociais como o Movimento Sem Terra – MST, Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, Sindicatos urbanos e rurais ligados, principalmente, a Central Única dos Trabalhadores – CUT. Mais recentemente surgem movimentos sociais que retomam temas já realizados nos países desenvolvidos no âmbito dos “novos movimentos sociais” e outros relacionados aos direitos de existência como os ambientais.

Observa-se que a emergência dos movimentos sociais no Brasil está relacionada a existência e / ou desenvolvimento de relações de confiança, reciprocidade e solidariedade, pelo menos entre os iguais e, não raro identifica-se movimentos que tem claramente uma articulação maior, seja de classe, seja temática, que permite identificar o capital social.

O capital social materializado nos movimentos sociais produz um inegável empoderamento, já que estes conseguem muito mais que visibilidade pública, incluindo aí, a obtenção de políticas públicas segmentadas e diferenciadas.

No caso dos agricultores familiares articulados nos seus sindicatos, conseguem um intento bastante significativo quanto criam uma instituição de crédito para, de forma segmentada, “controlar” as parcas riquezas que conseguem produzir e, principalmente, controlar os recursos públicos repassados pelos governos.

As ilustrações demonstram como é significativa é distinta a existência de capital social entre os associados da CRESOL que, por sua vez, utiliza o mesmo capital social para emprestar e controlar o retorno dos recursos. Da mesma forma o município com melhor IDESE é onde se identifica maior confiança.

Isto contribui com a interpretação de que o capital social facilita o empoderamento que contribui com o desenvolvimento enquanto um processo de produção e distribuição de riquezas, qualidade de vida, sustentabilidade e equidade.

BIBLIOGRAFIA

- BAQUERO, Marcelo (2003). Construindo uma outra sociedade no Brasil. O papel do capital social na estruturação de uma cultura política participativa. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, nº 21, p. 83 – 108, nov.
- BAQUERO, Rute V. A. (2005). Empoderamento: questões conceituais e metodológicas. In: Revista Debates. NUPESAL / UFRGS. N. 1, dez. Poa: UFRGS / Escritos, V.1. Pág. 69 - 84
- BOURDIEU, Pierre (1980). Le Capital Social: Notes Provisoires. In: **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Nº 31, jan. 1980, p. 2 - 3.
- COLEMAN, James S. (1990). **Foundations of Social Theory**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- DURSTON, John (2001). **Capital social. Parte del problema, parte de la solución. Su papel em la persistência y la superación de la pobreza em la América Latina y el Caribe**. Documento de Referencia. Santiago Del Chile: CEPAL.
- EVANS, Peter (1996). Government Action, Social Capital and Development: Reivewing the Evidence on Synergy. **World Development**, vol. 24, nº 2, p 1 – 36.
- FEE – Fundação de Economia e Estatística, RS. 2002. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese.php. Acessado em 20 de setembro de 2005.
- FREIRE, Paulo (1979). Conscientização. São Paulo: Cortez e Nunes.
- FREIRE, Paulo (1986). Medo e ousadia – o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- PASE, Hemerson Luiz (2001). **Democracia Participativa e Desenvolvimento: a influência do orçamento participativo no desenvolvimento rural de Floriano Peixoto**. Porto Alegre: UFRGS / PGDR (Dissertação de mestrado).
- PASE, Hemerson Luiz (2004). **Projeto de pesquisa: Capital Social e Desenvolvimento Regional: A importância do capital social no desenvolvimento territorial do COREDE Nordeste**. Sananduva: UERGS / FAPERGS. (mimeo)
- PASE, Hemerson Luiz. Capital social e desenvolvimento: uma abordagem cultural das desigualdades regionais. In: **Revista Debates / NUPESAL / UFRGS**. N.1, dez 2005. Porto Alegre: UFRGS / Escritos, 2005, v. 1. p 101 – 120.
- PUTNAM, Robert D. (2000). **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.

PUTNAM, Robert e GOSS, Kristin (2002). Introduction. In: PUTNAM, Robert. **Democracies in flux. The evolution of social capital in contemporary societies**. New York. Oxford University Press, p. 3 – 21.

SEN, Amartya (2000). **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras.

SOARES, Maria Susana Arrosa (1993). (Re)Pensando a Modernidade Latino-americana. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, V. 5, nº 5, p. 24 – 31.

WALLERSTEIN, N. & BERNSTEIN, E. (1994). **Introduction to community empowerment, participation, educacion, end health**. Health Educacion Quarterly: Special Issue.